



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - CONTADOR

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

O dicionário de Antônio Houaiss, na pág. 284, registra no verbete “biblioteconomia”: “1. parte da bibliotecologia que trata dos aspectos da armazenagem, do acesso e da circulação das coleções de livros, 2. conjunto de conhecimentos e técnicas necessários à gestão de uma biblioteca. ETIM fr. *bibliothéconomie*.”

Sobre a estruturação e conteúdo desse verbete, é correto afirmar que:

- (A) sendo uma definição, o segmento 1 parte de um termo geral e acrescenta especificações;
- (B) os segmentos numerados mostram, em ordem cronológica, os significados adquiridos pelo termo “biblioteconomia”;
- (C) apesar de veiculado em linguagem culta, o verbete traz um erro de concordância nominal;
- (D) segundo o que se apreende do verbete, a bibliotecologia faz parte da biblioteconomia;
- (E) a informação sobre a etimologia da palavra “biblioteconomia” nos indica o significado dos segmentos componentes do vocábulo.

2

Um conto moderno do escritor paranaense Dalton Trevisan começa com a seguinte frase:

“Primeira noite ele conheceu que Santina não era moça.”

A marca essencial desse segmento que o insere no conjunto dos textos literários de ficção e não entre os textos informativos, é:

- (A) a seleção vocabular de linguagem erudita;
- (B) a absoluta correção gramatical na estruturação das frases;
- (C) o emprego da linguagem popular como sinal de inclusão;
- (D) a presença inicial de termos sem referentes na realidade;
- (E) a necessidade de situar no tempo e no espaço o fato referido.

3

Os textos, independentemente de seu modo de organização, possuem um conjunto de marcas específicas; entre as frases abaixo, aquela que mostra coesão e coerência, é:

- (A) O invisível é real. As almas têm seu mundo;
- (B) A palavra é dom de todos. A sabedoria cabe a Deus;
- (C) Em qualquer abundância há falta;
- (D) A melhor maneira de ir devagar é não ir;
- (E) O caminho que sobe é o mesmo que desce.

4

Em muitas frases podemos optar entre a presença de um termo preposicionado ou de um só vocábulo: tempo de escola = tempo escolar.

A frase abaixo em que o termo preposicionado sublinhado pode ser adequadamente substituído por um só termo, é:

- (A) A sabedoria dos velhos é um grande erro. Não chegam a ser mais sábios, apenas mais prudentes;
- (B) Abraça muito, beije e ria, já que a vida é de graça;
- (C) Tente colocar bom senso na cabeça de um tolo e ele dirá que é tolice;
- (D) O ótimo é inimigo do bom;
- (E) Quem se senta no fundo de um poço vai achar pequeno o céu.

5

Um romance mostra o seguinte segmento:

“Eu pergunto que tipo de história a menina deseja. Ela responde categoricamente que quer uma história de amor e de ficção científica. Então, comecei: ‘Um robô encontra uma jovem...’ Mas ela não me deixa prosseguir. ‘Você não sabe contar histórias’, disse ela. Uma verdadeira história é obrigatoriamente no passado.

- Tá bom, se você quer: “Um robô encontrou uma jovem...”

- Não, tem que ser no passado histórico...

- Bom, lá vai: “Outrora, há muito tempo, um robô muito inteligente, ainda que totalmente metálico, encontrou num baile uma jovem da nobreza. Eles dançaram e ele lhe disse coisas gentis. Ela ficou corada. Ele se desculpou e recomeçaram a dançar. Ela o achou um pouco ousado, mas encantador... Eles se casaram pouco tempo depois, receberam muitos presentes e partiram em viagem de lua de mel.”

Sobre esse fragmento narrativo, é correto afirmar que:

- (A) o aspecto de ficção científica da história narrada se restringe ao personagem robô e a suas ações mecânicas;
- (B) a observação de que uma história deve obrigatoriamente ser narrada no passado é verdadeira, mostrando o conhecimento textual da menina;
- (C) o passado histórico solicitado pela menina foi realizado por meio de expressões de tempo distante e de ambientes literariamente idealizados;
- (D) o texto narrativo produzido pelo narrador mostra a preocupação de limitar-se ao absolutamente essencial do enredo;
- (E) o narrador da versão final da história mostra preocupações de usar a linguagem informal, adequada à pouca idade da leitora.

6

“Numa peça teatral ou romance, uma palavra imprópria é apenas uma palavra: e a impropriedade, seja ou não percebida, não acarreta consequência alguma. Num código legal – especialmente composto de leis tidas como fundamentais – uma palavra imprópria pode ser uma calamidade nacional: e a guerra civil, a consequência disso. De uma palavra tola podem irromper mil punhais.” (Bentham, 1796)

A finalidade básica desse fragmento textual é:

- (A) alertar contra o uso impróprio de palavras, especialmente em textos de grande aplicabilidade social;
- (B) mostrar o uso irresponsável das palavras em textos modernos, mesmo naqueles produzidos por pessoas cultas;
- (C) indicar que a impropriedade vocabular é fruto da inadequação entre o significado da palavra e a situação em que é empregada;
- (D) demonstrar a absoluta necessidade de que os usuários das palavras tenham perfeito conhecimento de seus significados;
- (E) aconselhar que os autores dos textos verifiquem a possibilidade de ambiguidade no uso dos vocábulos a fim de evitarem consequências desastrosas.

7

“O estudo dos textos argumentativos ocupa um lugar importante no ensino de textos. Isso parece amplamente justificado, porque é essencial dominar a argumentação antes de entrar na vida adulta. De um lado, isso permite não se deixar influenciar de maneira inconsciente por aqueles que dominam a argumentação, sejam eles políticos ou publicitários, por exemplo. De outro lado, saber argumentar permite fazer-se entender e realizar seus desejos. Assim, entre dois candidatos a um emprego, se os perfis são idênticos, aquele que sabe argumentar será certamente favorecido.”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- (A) a tese do texto é a de que se deve aprender argumentação antes de entrar-se na vida adulta;
- (B) o primeiro período do texto mostra a opinião do argumentador sobre o tema discutido;
- (C) ao citar políticos e publicitários, o argumentador aponta pessoas que desonestamente manipulam argumentos;
- (D) o argumentador limita-se a citar exemplos, substituindo os argumentos por eles;
- (E) o público-alvo do texto acima é, prioritariamente, os candidatos a alguma entrevista de emprego.

8

Observe o texto argumentativo a seguir.

“No século XXI, a igualdade entre mulheres e homens ainda não é uma realidade. Por que é tão difícil atribuir às mulheres as mesmas posições que aos homens? Não há nenhum motivo por que uma mulher receba salário menor do que o de um homem, se o trabalho é o mesmo. E esse é exatamente o caso. Em nossos dias, na França, com o mesmo tempo de trabalho, mesma seção, mesma categoria profissional, a redução do salário feminino chega a 10%. Do mesmo modo, não é normal que postos de trabalho de mais responsabilidade sejam majoritariamente ocupados por homens. Segundo os dados fornecidos pela Comissão Europeia, na França de 2017, só 33% dos quadros superiores são de mulheres. É mais do que nos Países Baixos e na Grécia (25%), muito mais que em Luxemburgo (18%), mas menos que na Polônia ou na Eslovênia (41%), do que na Hungria ou na Suécia (39%). De qualquer modo, nenhum país da comunidade europeia chega à paridade nesse terreno.”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- (A) o texto não apresenta argumentos em defesa da tese exposta, limitando-se a citar exemplos;
- (B) as estatísticas apresentadas servem para apoiar uma tese contrária à defendida no texto;
- (C) a tese do texto é a de que as mulheres devem receber tratamento igual ao dos homens, no mercado de trabalho;
- (D) os argumentos apresentados no texto são do tipo subjetivo, apoiados basicamente na opinião do argumentador;
- (E) o último período do texto confirma a razão de as mulheres receberem distinção no tratamento profissional.

9

“O que eu poderia fazer para vos demonstrar, senhores, a utilidade da agricultura? Quem atende nossas necessidades? Quem fornece meios para nossa subsistência? Não é o agricultor? O agricultor, senhores, que semeia os campos, faz nascer o trigo, o qual, transformado em farinha e levado para as cidades e aos padeiros, torna-se alimento para os ricos e pobres. Não é ainda o agricultor que alimenta, para nossas roupas, seus rebanhos nas pastagens? Como nos vestiríamos ou nos alimentaríamos sem o agricultor?”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- (A) o argumento utilizado para a defesa da tese é o da autoridade, fundamentada na opinião do argumentador;
- (B) a tese defendida se apoia em dois argumentos, fundamentados no conhecimento livresco dos cidadãos;
- (C) o termo “ainda” mostra a passagem do primeiro para o segundo argumento empregado na defesa da tese;
- (D) a última pergunta do texto tenta convencer o leitor sobre a tese proposta, apoiada na intimidação;
- (E) o convencimento do ouvinte, nesse texto, é feito exclusivamente por meio da racionalidade.

10

Num texto argumentativo, aparecem argumentos e exemplos; a opção abaixo que traz um exemplo e não um argumento, é:

- (A) O dinheiro faz nascer maus sentimentos em relação aos outros homens;
- (B) Tarzan é um dos heróis de ficção mais amados pelos brasileiros;
- (C) O conhecimento do passado é importante para a compreensão do presente;
- (D) Sonhar nos faz suportar a mediocridade da vida cotidiana;
- (E) É indispensável a adoção de um projeto de combate à poluição do meio ambiente.

11

“Se você escolher a cidade como local de residência, você deve estar preparado para escutar a bela música das buzinas e a respirar um ar saudável, enriquecido de fumaça de todas as espécies. Por outro lado, viver no campo é benéfico porque isso permite que você se aproxime da natureza, que escute os belos cantos dos pássaros, sem contar a solidariedade dos vizinhos em caso de aborrecimento ou doença.”

Sobre esse segmento textual, é correto afirmar que:

- (A) a tese defendida no texto é a de que a vida no campo e na cidade apresentam diferentes vantagens;
- (B) o conector “Por outro lado”, empregado entre os dois principais segmentos do texto, indica semelhança entre a vida na cidade e a vida no campo;
- (C) o processo utilizado pelo argumentador na desvalorização da vida na cidade é a ironia;
- (D) os argumentos utilizados na defesa da tese pelo argumentador se apoiam em valores humanos, sociais e econômicos;
- (E) o argumentador apresenta de forma imparcial as vantagens e desvantagens de viver-se no campo e na cidade.

12

Observe o trecho narrativo a seguir, fundamentado na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal:

“No dia 23 de abril, pela manhã, saímos de nossa nau, preparamos um batel e dirigimo-nos à terra, onde já nos esperavam alguns índios. Reconheci, entre eles, um que, no dia anterior, me dera um colar de penas em troca de algumas contas. Logo a seguir, passamos a caminhar pela areia, ainda que com alguma dificuldade, porque nossos casacos grandes não ajudavam com o calor e nossas botas grossas atrapalhavam nosso andar. Pensava no que nos estaria aguardando mais tarde, depois que passássemos o pequeno rochedo da extremidade da praia, talvez uma tribo inteira ou alguns animais ferozes. Continuamos nossa caminhada.”

Sobre a estruturação desse texto narrativo, é inadequada a seguinte afirmativa:

- (A) a marcação do tempo, no início do texto, é feita de forma direta, pela indicação de uma data;
- (B) certas indicações sobre a cronologia da narrativa aparecem de forma indireta por meio das vestimentas dos personagens;
- (C) o ritmo desse texto inclui uma volta ao passado por meio da lembrança de com quem o narrador havia trocado presentes;
- (D) o ritmo dessa narrativa também inclui uma projeção futura, com os fatos imaginados pelo narrador sobre o que o esperava após o rochedo;
- (E) como narrador onisciente que é, o autor do texto tem o cuidado de informar o leitor sobre os fatos mais importantes da narrativa, principalmente sobre a passagem do tempo.

13

Observe a seguinte frase:

“Deus deve amar os homens medíocres. Fez vários deles.”

Sobre o significado e a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- (A) o primeiro período funciona como causa do segundo;
- (B) o segundo período é um fato deduzido do primeiro;
- (C) considerando a frase como texto argumentativo, a tese defendida é verbalizada no segundo período;
- (D) o argumento que defende a tese exposta no período é de caráter opinativo;
- (E) em lugar do ponto separando os dois períodos, poderia estar empregado o conector “já que”.

14

A frase abaixo em que a retomada com o pronome pessoal é feita de forma catafórica, ou seja, referindo-se a algo posterior na frase, é:

- (A) Velhice é quando vamos a restaurantes que têm sommeliers, e não aos servidos por garçonetes;
- (B) Ainda que a expulsa com um forçado, a natureza voltará a aparecer;
- (C) Só os poetas e as mulheres sabem usar o dinheiro como ele merece;
- (D) Quando nós o fizermos, nós o teremos;
- (E) Onde aumentam os bens, aumentam aqueles que os devoram.

15

A única frase de construção aceitável, é:

- (A) A seção do equipamento de informática evolui numa velocidade incrível e, a cada ano, eles põem no mercado produtos cada vez mais desenvolvidos.
- (B) A exposição apresenta ao público obras pouco conhecidas, pois eles as produziram no início de suas carreiras.
- (C) A reunião dos operários ocorrerá depois do meio-dia, diante do hospital do bairro. De lá, eles irão bloquear a entrada da fábrica.
- (D) Esta manhã, faltava entusiasmo aos alunos. Então, após a recreação, ele começou seu curso de história, propondo uma discussão interessante.
- (E) Estes aviões servem para o treinamento básico. Devem ser efetuadas ao menos cem horas de voo antes de eles passarem à etapa seguinte.

16

Leia o pequeno texto a seguir.

“Antônio tem sete anos, talvez. Ele sai de um shopping, inteiramente vestido com roupas novas, como para enfrentar uma nova vida. Mas, no momento, ele ainda é uma criança que dá a mão à babá, numa avenida paulista.

Ele não é grande e só vê diante de si pernas de homens e saias muito enfeitadas. No asfalto, centenas de pneus, que rodam ou param diante de policiais nos cruzamentos.”

Sobre a estruturação narrativa desse segmento, é correto afirmar que:

- (A) trata-se do texto inicial de uma narrativa, composto exclusivamente de segmentos descritivos;
- (B) esse fragmento inicial mostra a primeira fase de um enredo, um estado inicial em que ainda não ocorreu a intervenção de um fato transformador, que dê início à narrativa;
- (C) o narrador do segmento é de ponto de vista externo, não participa do enredo e tem olhar onisciente, dominando as informações sobre os personagens;
- (D) o personagem Antônio é descrito por aspectos físicos e psíquicos, de forma exaustiva;
- (E) a localização dos fatos narrados no segmento é feita de forma precisa, com preocupações de justificarem-se fatos futuros.

17

A frase abaixo em que os termos sublinhados caracterizam uma antítese, é:

- (A) O político deve buscar a aprovação, porém jamais o aplausos;
- (B) Com os pequenos, o governo ruge como um leão; com os grandes, mia como um gato;
- (C) A diferença entre o presidente Clinton e mim é que ele tem contra si uma maioria organizada e eu tenho a favor uma maioria desorganizada;
- (D) A extensão é o sinal do meu poderio. O tempo é o sinal da minha impotência;
- (E) O que é lei hoje não o é amanhã.

18

Todos os pensamentos abaixo são compostos de dois segmentos, separados por um ponto. A relação lógica entre esses segmentos que é corretamente indicada, é:

- (A) A ostra pode não ser um modelo de beleza. A ostra é sempre uma esperança de pérola / relação de oposição;
- (B) O elefante deixa-se acariciar. O piolho, não / relação de explicação;
- (C) Eu adoro répteis. Eles têm uma pele maravilhosa / relação de comparação;
- (D) Gatos nos olham com superioridade. Cachorros nos olham com docilidade / relação de conformidade;
- (E) Eu prefiro a companhia dos animais. Eles são muito mais simples / relação de causa e consequência.

19

Abaixo estão cinco frases com um termo sublinhado que foi retomado a seguir por um termo que sintetiza o elemento anterior sublinhado; a opção em que a retomada é feita de forma distinta, é:

- (A) João Bruno convidou Fabíola para o espetáculo que ele montou com os colegas da empresa. Este ano, trata-se de uma revista musical.
- (B) Foi necessária uma hora para chegar à autoestrada, depois andamos lentamente durante duas horas. Infelizmente essa situação se repete com frequência.
- (C) Para fazer um bom trabalho, seria necessário retirar as velhas telhas, limpar cuidadosamente a superfície e colocar novas. Nas atuais circunstâncias, essa solução fica sendo a mais realista.
- (D) Sérgio se opôs repentinamente à modificação proposta. Sua atitude surpreendeu a muitos.
- (E) Havia no horizonte campos e campos de milho e trigo, com espaços aqui e ali de áreas reservadas a cultivos experimentais. Essa plantação era verdadeiramente impressionante.

20

Observe o texto predominantemente descritivo a seguir.

“Depois de ter passado o sinal de trânsito da esquina, eu perdi de vista a catedral. Eu não via mais que árvores. Atrás delas apareciam as chaminés das usinas. Alguns quilômetros mais adiante, eu percebi com alívio os primeiros prédios da cidade universitária. Dois estudantes com que cruzei na estrada me olharam de forma curiosa. Tinham as mãos nos bolsos e pareciam sentir muito frio debaixo de seus pesados sobretudos.”

Em relação ao texto descritivo acima, é correto afirmar que:

- (A) não estão em movimento nem o observador nem os objetos da descrição;
- (B) a descrição é feita com base nos sentidos da visão e do tato;
- (C) nesse texto, as limitações no ato de descrever são causadas pelo distanciamento em relação ao que é descrito;
- (D) o observador responsável pela descrição não interfere com o que é por ele descrito;
- (E) a finalidade básica dessa descrição é identificar economicamente o local observado.

21

Todas as frases abaixo mostram a estrutura de uma definição, mas a única que corresponde, de fato, a uma definição, é:

- (A) A História é uma destilação de intrigas;
- (B) O presente é a viva soma total do passado;
- (C) História é a ciência que estuda eventos passados;
- (D) A história é a filosofia em exemplos;
- (E) Tempo é o suspiro de adeus do sol à terra.

22

A pontuação foi criada para que os textos se tornassem mais claros. Uma das regras do emprego da vírgula é sua utilização para marcar uma oração adverbial antecipada, como na seguinte frase:

- (A) Como seriam venturosos os agricultores, se conhecessem a sua fortuna;
- (B) A natureza é grande nas grandes coisas, mas é grandiosa nas pequenas coisas;
- (C) O trabalho do lavrador é o trabalho natural do homem, o único que acalma as paixões e vigoriza o corpo;
- (D) Sentar-se à sombra, num belo dia, e repousar o olhar sobre a verdura é o repouso mais perfeito;
- (E) Quando a última árvore morrer e o último rio for envenenado, você vai perceber que o dinheiro não alimenta.

23

Observe a pequena narrativa a seguir.

“João estava sentado no degrau do portão de casa, enrolando a linha da pipa, quando Lila se aproximou e lhe disse que estava fugindo de casa, porque já estava cheia de tudo e perguntou se ela podia ficar escondida na casa dele até ver o que acontecia. João ficou atrapalhado, pois tinha que falar com a mãe, mas ia ver se dava um jeito. De repente surge a mãe de Lila, com um chinelo na mão e gritando com a filha para que ela voltasse imediatamente para casa. Amedrontada, Lila obedeceu e João voltou a enrolar o carretel de linha.”

Considerando as fases do enredo dessa narrativa, a única afirmativa que está em desacordo com o texto é:

- (A) o estado inicial da narrativa mostra João enrolando um carretel de linha de pipa na porta de casa;
- (B) o fato que vai perturbar o fato inicial é a chegada de Lila, que estava fugindo de casa;
- (C) o fato culminante da narrativa é o pedido de Lila para ser abrigada na casa de João;
- (D) o estado final da narrativa mostra o estado inicial melhorado, pois João ficou livre do problema apresentado por Lila;
- (E) um novo fato narrativo é a chegada da mãe de Lila, que obriga a que ela volte para casa.

24

A frase abaixo em que há a possibilidade de dupla concordância nominal na palavra sublinhada, é:

- (A) O que têm essas mulheres de estranhas?
- (B) Os alto-falantes estavam colocados no fundo do palco;
- (C) Veja os nomes abaixo assinados;
- (D) Era um crime de leso-patriotismo;
- (E) É proibida a entrada de bebida alcoólica na festa.

25

AO ENCONTRO DE / DE ENCONTRO A são expressões semelhantes, mas muito diferentes no significado. A frase abaixo em que uma dessas expressões está empregada em lugar da outra, é:

- (A) O acidente causado pelo motoqueiro fez com que o caminhão se desgovernasse e fosse ao encontro do poste;
- (B) Todo o mercado ficou excitado com as notícias de alívio econômico que iam ao encontro de suas expectativas otimistas;
- (C) O novo carro, por seu desempenho e conforto magníficos, ia ao encontro dos desejos do casal, que acabava de adquiri-lo;
- (D) O horóscopo da semana previa muitas dificuldades, o que ia de encontro às notícias agradáveis que estavam surgindo;
- (E) Os resultados obtidos pelo time em campo iam de encontro aos sonhos dos torcedores, que já estavam preocupados com a queda da equipe para a série B.

Legislação Específica e Noções de Direito Constitucional e Administrativo

26

Eliane, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo, em atuação em determinado órgão do Poder Executivo do Estado do Amapá, consultou o Departamento de Recursos Humanos em relação à possibilidade de requerer a sua “movimentação”, a pedido, para outro órgão do Poder Executivo.

Na situação descrita na narrativa, a “movimentação” almejada por Eliane é:

- (A) admitida, sendo denominada remoção;
- (B) admitida, sendo denominada realocação;
- (C) admitida, sendo denominada transferência;
- (D) denominada relocação e tem sempre caráter temporário;
- (E) expressamente vedada, por importar em burla à exigência de prévia aprovação em concurso público.

27

Olga ocupa o cargo de juíza de direito auxiliar no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá, enquanto Renata ocupa o cargo de juíza de direito substituta no âmbito da mesma estrutura de poder.

A partir da análise da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, é correto concluir que:

- (A) ambas podem assistir o corregedor-geral;
- (B) Olga pode servir em qualquer comarca do Estado do Amapá;
- (C) Renata pode ter domicílio e residência em qualquer cidade do Estado do Amapá;
- (D) ambas podem ser designadas, pelo presidente do tribunal, para dirimir conflitos agrários;
- (E) ambas, no momento oportuno, serão promovidas para varas das comarcas de primeira entrância.

28

Hélio, líder comunitário no Estado do Amapá, tinha interesse em mobilizar a população visando à apresentação, à Assembleia Legislativa, de um projeto de lei de iniciativa popular.

Ao analisar a Constituição do Estado do Amapá, Hélio concluiu, corretamente, que:

- (A) o projeto de lei deve ser assinado por, no mínimo, 1% dos eleitores do Estado;
- (B) a iniciativa popular se dá por meio dos deputados estaduais, representantes eleitos pela população;
- (C) o projeto de lei deve ser assinado por, no mínimo, 3% dos eleitores do Estado, distribuídos pelo menos por cinco municípios;
- (D) a apresentação de projeto de lei não é possível, embora se possa submeter proposta de emenda constitucional por iniciativa parlamentar;
- (E) o projeto alvitrado não só pode ser apresentado como ainda é garantida a sua defesa em plenário por um dos cidadãos subscritores, na forma do Regimento Interno da Assembleia.

29

Pedro, estudante de direito, foi questionado por seu professor em relação às fases do processo legislativo para a elaboração de uma lei orgânica municipal. De acordo com Pedro:

- (1) o projeto deve ser aprovado em dois turnos de votação;
- (2) pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal; e
- (3) com a sanção do chefe do Poder Executivo.

Ao analisar as afirmações de Pedro em relação ao processo legislativo, o professor observou, corretamente, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) apenas a afirmação 2 está certa;
- (C) apenas a afirmação 3 está certa;
- (D) apenas a afirmação 1 e 2 estão certas;
- (E) apenas a afirmação 1 e 3 estão certas.

30

Jonas foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Ao ser conduzido à delegacia de polícia, foi qualificado e comunicado por um agente policial que, embora portasse sua carteira de identidade, deveria ser submetido à identificação dactiloscópica. O advogado de Jonas, por sua vez, afirmou que essa prática não seria correta.

À luz da sistemática constitucional, com abstração de qualquer regulamentação legal, é correto afirmar que:

- (A) é vedada, em qualquer caso, a identificação de Jonas;
- (B) é compulsória a identificação de qualquer preso, inclusive de Jonas;
- (C) é obrigatória a identificação de Jonas, considerando as circunstâncias indicadas na narrativa;
- (D) é vedada a identificação nas circunstâncias indicadas, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- (E) é imperativa a identificação de Jonas, sendo resguardado o seu direito de se negar a colaborar.

31

João foi condenado em sentença transitada em julgado pela prática de uma infração penal. Poucos meses após o cumprimento da pena, decidiu que iria concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições.

Ao analisar exclusivamente a Constituição da República, não a legislação infraconstitucional, com o objetivo de verificar se a condenação anterior constituiria óbice à realização do seu objetivo, João concluiu, corretamente, que:

- (A) está inelegível;
- (B) está com os direitos políticos suspensos;
- (C) pode ser considerado inelegível por lei complementar;
- (D) está inabilitado para o exercício de outra função pública;
- (E) perdeu os direitos políticos, mas pode readquiri-los com a reabilitação.

32

Nair, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo, logrou ser eleita vereadora no município em que é domiciliada.

Preocupada com a possibilidade de conciliar o cargo público com a vereança, analisou os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, tendo concluído corretamente que:

- (A) deve ser afastada do cargo de provimento efetivo durante o mandato;
- (B) deve optar por um ou outro, pois a acumulação de cargos públicos é vedada;
- (C) deve receber a contraprestação estipendial correspondente a ambos, caso acumule os cargos;
- (D) pode acumular ambos os cargos caso tenha obtido a estabilidade no cargo de provimento efetivo;
- (E) tem o direito subjetivo de acumular os cargos, independentemente do cumprimento de qualquer requisito específico.

33

Maria, Ana e Antônia realizaram um debate em relação às características comuns aos recursos especial e extraordinário. Maria defendia que ambos deveriam ser processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal. Ana sustentava que ambos exigiriam que a causa fosse julgada em única ou última instância. Por fim, Antônia observou que ambos poderiam ser interpostos, respectivamente, após o julgamento de recursos ordinários, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação aos argumentos de Maria, Ana e Antônia, que:

- (A) todos estão errados;
- (B) apenas o de Ana está certo;
- (C) apenas o de Antônia está certo;
- (D) apenas os de Maria e Ana estão certos;
- (E) apenas os de Maria e Antônia estão certos.

34

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa recebeu uma proposição legislativa que tem por objeto a alteração das atribuições de certo órgão colegiado da Administração Superior do Ministério Público do Estado.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República a respeito das normas que estabelecem a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, é correto afirmar que a proposição legislativa precisa ter a natureza de:

- (A) projeto de lei ordinária, de iniciativa privativa do governador do Estado;
- (B) projeto de lei ordinária, de iniciativa privativa do Colégio de Procuradores de Justiça;
- (C) projeto de lei complementar, de iniciativa privativa do procurador-geral de Justiça;
- (D) proposta de emenda constitucional, podendo ter sido apresentada por qualquer legitimado para a reforma;
- (E) projeto de lei complementar, podendo ter sido apresentado pelo procurador-geral de Justiça ou pelo governador do Estado.

35

Joyce acabou de ler certo edital que veiculou a realização de um processo administrativo de chamamento público por meio do qual a Administração Pública convocou profissionais interessados em prestar determinado serviço, para que, preenchidos os requisitos necessários devidamente delimitados, se habilitem junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados, viabilizando a sua contratação direta, mediante critérios determinados.

No âmbito da Lei nº 14.133/2021, tal edital versa sobre:

- (A) credenciamento, que caracteriza hipótese de licitação dispensável;
- (B) pré-qualificação, que caracteriza hipótese de licitação inexigível;
- (C) catálogo eletrônico de padronização de serviços, que caracteriza hipótese de licitação inexigível;
- (D) credenciamento, que caracteriza hipótese de licitação inexigível;
- (E) pré-qualificação, que caracteriza hipótese de licitação dispensável.

36

Semana passada, Adroaldo, no exercício das atribuições do cargo efetivo em que está lotado no Estado do Amapá, praticou a conduta de negar publicidade a determinado ato oficial, sob o fundamento de que ele está gravado de sigilo, classificado como informação secreta, que, mediante a devida motivação, foi considerada imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.

Acerca dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que:

- (A) caso caracterizado o dolo na realização de tal conduta, ficará configurado o ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, diante da previsão específica no respectivo dispositivo da Lei de Improbidade;
- (B) independentemente da caracterização de dolo, a conduta em questão não configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, tanto que excepcionada pela própria Lei de Improbidade Administrativa;
- (C) considerando que o rol atinente aos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública é exemplificativo, a conduta em análise deve assim ser caracterizada, ainda que o servidor tenha agido com culpa;
- (D) considerando que a negativa de publicidade não consta do rol taxativo das condutas que configuram o ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, a conduta em apreço não poderia ser assim caracterizada ainda que a informação não estivesse gravada de sigilo;
- (E) considerando que a conduta em cotejo não pode ser caracterizada como ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, para tanto, é imprescindível o enriquecimento sem causa ou a lesão ao erário.

37

Ao estudar ponto específico de edital para concurso público atinente à organização administrativa, notadamente com relação à descentralização, Ofélia observou que, dentre as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que integram a Administração Pública indireta, é correto apontar:

- (A) as autarquias;
- (B) as prefeituras;
- (C) as associações públicas;
- (D) os tribunais de contas;
- (E) as sociedades de economia mista.

38

Pérola é servidora estável do Estado Delta e viu sua colega de trabalho Açucena, ocupante de semelhante cargo efetivo, investida após a realização de concurso público, ser demitida, após a garantia do contraditório e da ampla defesa, em decorrência de falta grave funcional por ela cometida após dois anos de efetivo exercício, em decorrência de procedimento instaurado uma semana depois da ocorrência da conduta.

Diante dessa situação hipotética, considerando as disposições constitucionais acerca da estabilidade dos servidores públicos, Pérola concluiu, corretamente, que Açucena:

- (A) apenas poderia ter sido demitida por sentença judicial transitada em julgado em decorrência da garantia da estabilidade a ela assegurada pela Constituição;
- (B) poderia ter sido posta em disponibilidade, independentemente do preenchimento de requisitos para a aquisição da estabilidade;
- (C) pode, eventualmente, demonstrar a ilegalidade do procedimento que levou à sua demissão, hipótese em que terá direito à recondução ao cargo que ocupava, independentemente da garantia da estabilidade;
- (D) tem direito à estabilidade, diante do transcurso do prazo de dois anos de efetivo exercício, em razão do que era necessária a instauração do procedimento administrativo disciplinar pertinente para a sua demissão;
- (E) foi demitida com a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, que é indispensável mesmo para as hipóteses em que o servidor ainda não alcançou a estabilidade.

39

Na qualidade de servidora pública ocupante do cargo de analista do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Marieva foi questionada acerca de qual teoria foi adotada para responsabilidade civil do Estado pela conduta dos respectivos agentes públicos, à luz do disposto no Art. 37, §6º, da Constituição da República de 1988 e as peculiaridades decorrentes de tal orientação.

Nesse contexto, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, Marieva respondeu, corretamente, que se tratava da:

- (A) teoria do risco administrativo, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e não admite excludentes do nexo de causalidade;
- (B) teoria do risco integral, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado e não admite excludentes do nexo de causalidade;
- (C) teoria da culpa administrativa, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e não admite excludentes do nexo de causalidade;
- (D) teoria do risco administrativo, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado e admite excludentes do nexo de causalidade;
- (E) teoria do risco integral, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e admite excludentes do nexo de causalidade.

40

A autoridade competente no âmbito da atividade de controle sugeriu a revogação de todos os atos administrativos que não mais atendam ao interesse público, mas foi indagada acerca da existência de atos que não seriam passíveis de tal modalidade de extinção.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) todos os atos administrativos são passíveis de revogação;
- (B) apenas os atos vinculados são passíveis de revogação;
- (C) nenhum ato administrativo é passível de revogação;
- (D) somente os atos discricionários são passíveis de revogação;
- (E) apenas os atos administrativos que já exauriram os seus efeitos não podem ser revogados.

Conhecimentos Específicos

41

Uma empresa comercial recebeu uma comunicação judicial no valor de 100 mil reais advindo de um processo trabalhista. Além disso, a empresa estima que outros ex-funcionários acionarão a empresa na justiça por um valor de 150 mil reais. Os advogados da empresa estimam que, em ambos os casos, haverá saída de recursos, provavelmente, em até 12 meses.

Considerando-se as informações apresentadas, o contador da empresa:

- (A) debitou uma provisão trabalhista de 250 mil reais no passivo circulante e creditou uma reserva de contingência;
- (B) debitou uma provisão trabalhista de 150 mil reais no passivo circulante e creditou uma despesa de provisão no resultado;
- (C) creditou uma provisão trabalhista de 100 mil reais no passivo circulante e debitou uma reserva de contingência;
- (D) creditou uma provisão trabalhista de 100 mil reais no passivo circulante e debitou uma despesa de provisão no resultado;
- (E) creditou uma provisão trabalhista de 250 mil reais no passivo circulante e debitou uma despesa de provisão no resultado.

42

Uma indústria S/A construiu uma plataforma de petróleo na costa norte e apresentou os seguintes gastos.

Descrição	Valor
Preparação do local	R\$ 10 milhões
Frete para recebimento das peças da instalação	R\$ 3 milhões
Instalação e montagem da plataforma	R\$ 40 milhões
Transferência das atividades para novo local (incluindo treinamento)	R\$ 2 milhões
Testes para verificação do funcionamento da plataforma	R\$ 1 milhão
Estimativa de desmontagem e remoção da plataforma	R\$ 8 milhões

Considere o valor presente de R\$ 4 milhões para a estimativa de desmontagem e remoção da plataforma.

A partir das informações apresentadas, o custo do ativo imobilizado da plataforma será de:

- (A) R\$ 55 milhões;
- (B) R\$ 58 milhões;
- (C) R\$ 64 milhões;
- (D) R\$ 66 milhões;
- (E) R\$ 70 milhões.

43

Uma empresa S/A, cujo objeto social é a administração, exploração e/ou controle da atividade de estacionamento de veículos, possui um terreno. Contudo, não definiu ainda se irá utilizá-lo como propriedade ocupada pelo proprietário ou para venda no curto prazo no curso ordinário do negócio.

Com base nas informações apresentadas, o terreno deve ser considerado no ativo não circulante como:

- (A) intangível;
- (B) imobilizado;
- (C) investimento;
- (D) propriedade para investimento;
- (E) ativo não circulante mantido para venda.

44

Uma empresa comercial vendeu R\$ 100.000,00 para diversos clientes, para serem recebidos em 12 meses. O componente financeiro embutido no valor dessas vendas é relevante, e essas operações de vendas a prazo prefixadas são trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo médio ponderado de capital da empresa de 10% ao ano. Assim, ao estimar as perdas com essas vendas, em função do não recebimento dos valores, a empresa estimou que 1% do total não seria recebido.

Considerando-se as informações apresentadas, o contador:

- (A) creditou um valor de R\$ 90.000,00 na conta de receita de vendas;
- (B) creditou um valor de R\$ 100.000,00 na conta de receita de vendas;
- (C) debitou um valor de R\$ 900,00 na conta de despesas de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa;
- (D) debitou um valor de R\$ 909,09 na conta de despesas de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa;
- (E) debitou um valor de R\$ 900,00 na conta de despesas de provisão com crédito de liquidação duvidosa de resultado.

45

O conhecimento por parte de investidores do direito societário é fundamental para tomar decisões sobre aquisições, vendas, manutenção de ações e para entender os direitos dos acionistas, possibilitando a participação efetiva em assembleias e deliberações estratégicas das empresas.

Nesse sentido, segundo preceitos da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações:

- (A) a principal característica das ações ordinárias consiste em prioridade na distribuição de dividendos;
- (B) a deliberação sobre emissão de bônus de subscrição compete ao conselho de administração ou à diretoria;
- (C) o estatuto é impedido de deixar de atribuir às ações preferenciais o direito de voto;
- (D) o exercício do direito de voto é reservado aos titulares de ações que foram emitidas por preço inferior ao seu valor nominal;
- (E) o acionista responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não tenha prevalecido.

46

Uma empresa comercial apresentou os seguintes saldos.

Descrição	Saldos (em R\$)	
	Devedor	Credor
Caixa e equivalentes de caixa	2.000	
Tributos a pagar (curto prazo)		15.000
Contas a receber (curto prazo)	10.000	
Estoques	20.000	
Reserva de lucros		30.000
Capital social		100.000
Tributos diferidos ativos	7.000	
Ações em tesouraria	25.000	
Outros resultados abrangentes		10.000
Imobilizado	80.000	
Investimentos em controladas	51.000	
Fornecedores (curto prazo)		5.000
Empréstimos e Financiamentos (longo prazo)		30.000
Tributos diferidos passivos		5.000

Considerando-se as informações apresentadas, o saldo do:

- (A) ativo circulante é de R\$ 39.000;
- (B) passivo circulante é de R\$ 25.000;
- (C) passivo não circulante é de R\$ 30.000;
- (D) patrimônio líquido é de R\$ 165.000;
- (E) ativo não circulante é de R\$ 138.000.

47

Em uma empresa S/A, a diferença entre o valor dos ativos e o dos passivos representa o Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial, ou seja, pode-se dizer que é o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios.

Nesse sentido, o Patrimônio Líquido (PL) é subdividido em diversas contas em que:

- (A) a conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial é considerada uma Reserva de Lucros;
- (B) a reserva legal tem como finalidade garantir a integridade do capital social e é a única de constituição obrigatória;
- (C) a conta "ações em tesouraria" representa as ações da empresa adquiridas por ela mesma e que aumentam o PL;
- (D) a reserva de contingências tem como finalidade compensar, em exercício passado, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável;
- (E) a constituição da reserva de lucros a realizar é obrigatória naquele exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido.

48

A governança corporativa é essencial para prevenir fraudes contábeis, promovendo transparência e responsabilidade. Os administradores, o conselho de administração e o conselho fiscal desempenham papéis fundamentais na supervisão e garantia de conformidade ética, contribuindo para a integridade corporativa.

Dessa forma, segundo preceitos da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações:

- (A) o conselho de administração será composto por, no mínimo, cinco membros, eleitos pela assembleia geral e por ela destituíveis, exclusivamente, ao fim do mandato de cinco anos;
- (B) o administrador de companhia aberta é obrigado a revelar à assembleia geral ordinária, a pedido de qualquer acionista, os benefícios indiretos que tenha recebido da companhia e de sociedades controladas e coligadas;
- (C) o administrador é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão;
- (D) a ação de responsabilidade civil contra o administrador, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio, compete à companhia, mediante prévia deliberação do conselho fiscal;
- (E) o membro do conselho fiscal responde pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação da lei ou do estatuto.

49

Uma empresa S/A construiu uma nova arena para a realização de shows na região Norte do país. Em vista de regulamentações de segurança, a autorização de funcionamento definitiva somente é aprovada após eventos testes com capacidade reduzida. A capacidade total da arena é de 3 mil pessoas em pé e 500 sentadas. O evento teste contou com 200 pessoas sentadas e 800 em pé.

Considerando-se as informações apresentadas, as eventuais receitas do evento, se relevantes, devem ser:

- (A) deduzidas do patrimônio líquido;
- (B) contabilizadas como receitas diferidas;
- (C) contabilizadas como receitas do período;
- (D) contabilizadas como receitas não operacionais;
- (E) deduzidas do valor total de construção da arena.

50

Um ordenador de despesa recebeu do setor de licitação e contratos os comandos para proceder com a emissão de notas de empenho relativas à construção de uma nova unidade escolar, a ser executada no prazo de doze meses, e a entrega, em lote único, do material didático a ser distribuído aos estudantes no início do ano letivo. Nesse momento, foi indicada também a necessidade de reforço do empenho emitido para o pagamento das contas de energia elétrica da unidade.

Com base nessas informações, os empenhos deverão ser elaborados nas seguintes modalidades, respectivamente:

- (A) global, global e estimativo;
- (B) ordinário, estimativo e global;
- (C) estimativo, global e ordinário;
- (D) global, ordinário e estimativo;
- (E) estimativo, ordinário e global.

51

Após a elaboração de estimativas sobre a previsão das receitas orçamentárias a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), e sua respectiva aprovação pelo Poder Legislativo, um ente público municipal procedeu com os lançamentos dos créditos fiscais com base na verificação da ocorrência do fato gerador do direito ao recebimento do IPTU dos imóveis da região, ou seja, antes da sua efetiva arrecadação.

Esse é um procedimento que afeta a(s) seguinte(s) natureza(s) de informação(ões) previstas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- (A) controle;
- (B) patrimonial;
- (C) orçamentário;
- (D) patrimonial e orçamentário;
- (E) patrimonial, orçamentário e controle.

52

Em 15/02/2023, um fornecedor contatou o ente público solicitando informações sobre o atraso no pagamento de serviços realizados em outubro e novembro do exercício anterior. Ao localizar as informações no sistema, o ordenador da despesa constatou que o empenho de outubro estava inscrito em restos a pagar não processados. No processo anexado, havia documentação comprobatória e atesto de satisfação sobre os serviços prestados. Já o empenho de novembro foi cancelado em 31/12/2022, com o processo que também acompanhava a documentação comprobatória e atesto de satisfação sobre os serviços do setor responsável.

Considerando a situação exposta, o procedimento a ser adotado pelo ordenador da despesa para pagamento ao fornecedor é:

- (A) efetuar o pagamento do empenho de outubro e reemitir a nota de empenho de novembro com data retroativa ao mês de referência para pagamento;
- (B) efetuar o cancelamento das duas notas de empenho para reemitir-las em 15/02/2023 e, em seguida, efetuar sua liquidação e pagamento;
- (C) efetuar a liquidação e o pagamento do empenho de outubro e reemitir o empenho de novembro como restos a pagar processados para pagamento;
- (D) efetuar o pagamento do empenho de outubro e reemitir o empenho de novembro como despesas de exercícios anteriores para liquidação e pagamento;
- (E) efetuar a liquidação e o pagamento do empenho de outubro e reemitir o empenho de novembro como despesas de exercícios anteriores para posterior liquidação e pagamento.

53

Determinado ente público está desenvolvendo um projeto que visa ao reconhecimento e à evidência dos ativos ambientais no seu Balanço Patrimonial. Após atender a definição do elemento, foram observadas incertezas significativas nas premissas utilizadas sobre as expectativas de benefícios econômicos e serviços associados ao referido ativo, o que pode levar ao reconhecimento do fenômeno com erro material.

À luz da NBC TSP Estrutura Conceitual, o reconhecimento dos referidos ativos ambientais, nessas condições, descumpra a seguinte característica qualitativa:

- (A) compreensibilidade;
- (B) relevância;
- (C) comparabilidade;
- (D) representação fidedigna;
- (E) tempestividade.

54

Uma entidade pública definiu como uma das prioridades de seu planejamento estratégico a organização do controle patrimonial, uma vez que diversos itens não estavam registrados e outros contavam com registros incompletos ou com valores não representativos. A ideia inicial era que todos os itens tivessem registros revisados ou regularizados, considerando bases de mensuração específicas para a entidade.

Porém, em decorrência de falta de dados que atendessem a essas bases, alguns itens do ativo precisaram ser mensurados pelo:

- (A) preço líquido de venda;
- (B) custo de reposição;
- (C) preço presumido;
- (D) valor de mercado;
- (E) valor em uso.

55

Um ente público enviou sua prestação de contas anual para o tribunal de contas, incluindo as demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/1964, porém com estrutura atualizada pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Após análise prévia, o tribunal de contas notificou o ente que, em relação ao balanço orçamentário, foi enviado apenas o quadro principal, faltando incluir:

- (A) anexo de execução das despesas por função e subfunção;
- (B) anexo demonstrativo da apuração da receita corrente líquida do exercício.
- (C) quadros da execução dos restos a pagar processados e não processados;
- (D) quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
- (E) quadro demonstrativo do resultado (superávit/déficit) da execução orçamentária do exercício.

56

De forma direta ou indireta, a arrecadação e a aplicação de recursos públicos têm desdobramentos em todas as demonstrações contábeis obrigatórias aos entes públicos, as quais são elaboradas segundo normas e princípios.

Em decorrência disso, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) orienta que algumas informações possuem caráter complementar junto às demonstrações contábeis, a exemplo do detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos que:

- (A) consta nos ingressos de natureza operacional na demonstração dos fluxos de caixa;
- (B) deve ser apresentado como nota explicativa ao balanço orçamentário;
- (C) deve ser conciliado com as variações patrimoniais aumentativas na apuração do resultado;
- (D) pode ser apresentado em quadros anexos ao balanço financeiro e em notas explicativas;
- (E) tem apresentação facultativa, se considerado relevante no contexto da entidade que reporta.

57

Em um dado exercício financeiro, um ente público adquiriu, por meio de transação sem contraprestação, uma propriedade que seria mantida para auferir receitas de aluguel, que registrou como ativo.

No Balanço Patrimonial do referido exercício esse ativo deverá:

- (A) constar como informação adicional em notas explicativas;
- (B) contemplar apenas o efeito das receitas geradas;
- (C) ser evidenciado como propriedade para investimento no ativo imobilizado;
- (D) ser reconhecido como ativo realizável a longo prazo;
- (E) ser tratado como ajustes de avaliação patrimonial.

58

No conjunto de demonstrações contábeis que as entidades públicas devem publicar periodicamente, despesas com juros incorridos, descontos concedidos, comissões, e correções monetárias devem ser evidenciadas na demonstração das variações patrimoniais:

- (A) como dedução das variações patrimoniais aumentativas financeiras;
- (B) como despesas incorridas em atividades de financiamento;
- (C) como variações patrimoniais diminutivas;
- (D) em notas explicativas, por não impactarem o resultado patrimonial;
- (E) quando tiverem transitado pelo caixa e equivalentes de caixa.

59

Considere as informações do quadro a seguir, apresentadas em milhares de reais e com origem nos registros contábeis de um ente público no último exercício financeiro encerrado:

Descrição	Valor
Remuneração das disponibilidades	R\$132,00
Amortização da dívida	R\$134,00
Juros e encargos da dívida	R\$151,00
Concessão de empréstimos	R\$167,00
Receita Patrimonial	R\$238,00
Alienação de bens	R\$339,00
Operações de crédito	R\$576,00
Transferências correntes recebidas	R\$685,00
Receita Tributária	R\$794,00
Pessoal e demais despesas	R\$816,00

À luz das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), o fluxo de caixa da atividade operacional no referido exercício, em milhares de reais, foi de:

- (A) 512,00;
- (B) 644,00;
- (C) 750,00;
- (D) 882,00;
- (E) 1.324,00.

60

Ao final de um dado exercício, um ente público apurou em seu Relatório de Gestão Fiscal (RGF) uma dívida consolidada equivalente a R\$ 5.642.651.300,00 incluindo R\$ 356.942.000,00 de precatórios vencidos e não pagos. Foram apurados, também, no mesmo anexo do RGF, os seguintes saldos ao final do mesmo exercício financeiro:

Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 6.504.302.000,00
Restos a Pagar Processados	R\$ 2.065.360.400,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 1.070.560.000,00
Aplicações financeiras	R\$ 80.901.000,00
Demais Haveres Financeiros	R\$ 2.146.100,00

Com base nos dados fornecidos, o valor da dívida consolidada líquida ao final do referido exercício, em reais, corresponde a:

- (A) 1.834.280.600,00
- (B) 2.191.222.600,00
- (C) 2.272.123.600,00
- (D) 2.423.683.800,00
- (E) 4.132.102.200,00

61

Ao final de um determinado quadrimestre o Poder Executivo de um ente estadual apurou, em seu RGF, uma despesa total com pessoal equivalente a R\$ 3,4 bilhões. No mesmo período de referência, a RCL apurada foi de R\$ 7,5 bilhões.

À luz da legislação aplicável, é correto afirmar que, no período de referência, o ente:

- (A) ultrapassou o limite máximo legalmente definido;
- (B) deve receber um alerta do tribunal de contas em decorrência do valor apurado;
- (C) está abaixo de todos os limites legalmente definidos para despesa com pessoal;
- (D) não poderá receber transferências voluntárias até o retorno ao limite;
- (E) atingiu o limite prudencial e não pode aumentar despesa com pessoal.

62

Um dos anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) refere-se ao Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção, o qual objetiva dar maior detalhamento das despesas governamentais com base em suas áreas de atuação.

Ao analisar esse demonstrativo, deve-se considerar que:

- (A) restos a pagar não processados não devem ser considerados em sua estrutura;
- (B) cada função deve ser detalhada por subfunções, que podem ser típicas ou atípicas;
- (C) despesas orçamentárias e intraorçamentárias são evidenciadas conjuntamente;
- (D) órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo publicam apenas no encerramento do exercício;
- (E) valores relativos à reserva de contingência constituem uma subfunção de Encargos Especiais.

63

Um órgão da administração pública estadual detém aplicações financeiras de alta liquidez, as quais o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) considera como equivalente de caixa.

Na apresentação das demonstrações contábeis, essas aplicações são:

- (A) consideradas prefixadas e ajustadas a valor presente;
- (B) contabilizadas em contas de resultado, encerradas no final do exercício;
- (C) mensuradas a valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis;
- (D) ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data das demonstrações contábeis;
- (E) evidenciadas de acordo com as bases de mensuração definida pelo órgão (marcação a mercado ou na curva).

64

Um órgão do Poder Judiciário contratou a elaboração, incluindo editoração e impressão, de uma cartilha em formato de quadrinhos para difundir os princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estava completando 75 anos. A cartilha seria distribuída gratuitamente para usuários dos serviços e estudantes que visitassem o órgão mediante agendamento das escolas. A tiragem total foi de 5.000 cartilhas, que foram devidamente registradas no estoque após seu recebimento.

Dada a natureza do material, a base de mensuração para o registro contábil das cartilhas no estoque deve ser:

- (A) custo médio ou valor justo na data da aquisição;
- (B) valor realizável líquido ou valor de mercado;
- (C) valor justo ou preço presumido, dos dois o menor;
- (D) custo histórico ou valor em uso, dos dois o menor;
- (E) custo histórico ou corrente de reposição, dos dois o menor.

65

A capital de um estado brasileiro foi escolhida para sediar uma conferência mundial sobre meio ambiente e mudanças climáticas. O governo da referida capital desenvolveu marca e mascote para a conferência, com o intuito de ajudar na difusão do evento. Como a conferência estava programada para reunir chefes de Estado de diversos países, além de visitantes e estudiosos sobre meio ambiente e clima, o ente entendeu que a marca desenvolvida tinha potencial de gerar benefícios econômicos para a cidade e poderia ser registrada como um ativo intangível.

Ao receber o memorando interno com a solicitação de registro, o departamento de contabilidade deve:

- (A) proceder à contabilização do ativo, considerando os custos incorridos;
- (B) evidenciar a marca desenvolvida como ativo contingente em notas explicativas;
- (C) registrar o custo incorrido no desenvolvimento da marca como ajustes de avaliação patrimonial;
- (D) constituir uma comissão para avaliar o potencial de benefícios econômicos da marca;
- (E) informar que gastos incorridos com marcas geradas internamente não são passíveis de registro como ativo.

66

Para cumprir uma recomendação expressa do tribunal de contas, um órgão do Poder Judiciário iniciou procedimentos para registrar a depreciação dos seus bens móveis. O órgão fez um planejamento e iniciou o processo pelos veículos de sua propriedade, que compunham uma frota adquirida no exercício em curso. A frota era composta de dez veículos, com custo de aquisição de R\$ 70 mil cada. O órgão adotou como política a renovação da frota a cada cinco anos e estima um valor residual dos veículos de 10% do custo de aquisição. Foi definida a utilização do método da soma dos dígitos para a depreciação da frota de veículos.

Com tais informações, ao final do segundo ano de operação, o valor contábil líquido da frota era de:

- (A) R\$252.000,00;
- (B) R\$280.000,00;
- (C) R\$322.000,00;
- (D) R\$420.000,00;
- (E) R\$448.000,00.

67

Ao acessar o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) do governo do estado de onde reside, um cidadão observou a ausência de informações relativas à classificação institucional, de estrutura programática e funcional para parte das despesas a serem executadas durante o exercício.

Ao solicitar ajuste da informação por meio de pedido de acesso à informação, o cidadão alegou que o QDD estava descumprindo o princípio orçamentário da:

- (A) publicidade;
- (B) não vinculação;
- (C) especificação;
- (D) exclusividade;
- (E) universalidade.

68

Na abertura de processo de licitação para a construção de cinco unidades de saúde em um município de médio porte, foi solicitado, como pré-requisito para participação do certame, o depósito em caução de 10% do valor total do contrato, visando a garantir que as empresas participantes possuíssem condições de conduzir as obras de forma satisfatória no prazo estipulado.

O reconhecimento desses depósitos pelo município ocorrerá como receita:

- (A) derivada;
- (B) de capital;
- (C) orçamentária;
- (D) intraorçamentária;
- (E) extraorçamentária.

69

Ao final do exercício, o analista de orçamento de um pequeno município realizou o levantamento dos saldos dos créditos adicionais abertos durante o exercício, conforme relação identificada no quadro a seguir, com valores expressos em reais:

nº	Tipo	Abertura	Saldo Inicial	Saldo Final
I	Suplementar	21/09	1.500.000	300.000
II	Especial	17/05	3.000.000	700.000
III	Especial	23/11	1.000.000	200.000
IV	Suplementar	03/08	450.000	100.000
V	Extraordinário	13/10	5.000.000	900.000

Nesse cenário, poderão ter seus saldos reabertos no exercício seguinte os créditos adicionais de nº(s):

- (A) I e IV;
- (B) II e III;
- (C) III e V;
- (D) I, III e V;
- (E) II, III e IV.

70

O orçamento-programa pode ser considerado uma resultante dos sucessivos esforços de aperfeiçoamento do orçamento público com o objetivo de subsidiar os governos no controle e aplicação dos recursos públicos.

Uma das características desse modelo orçamentário é que:

- (A) as motivações políticas não influenciam a alocação de recursos e os resultados das ações governamentais;
- (B) a estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis da gestão;
- (C) as decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis;
- (D) as necessidades de recursos são avaliadas em pacotes de decisão, sem considerar valores históricos;
- (E) o orçamento é executado como instrumento disciplinador das finanças públicas.

71

A equipe de planejamento de ente público estadual concluiu a proposta de lei orçamentária anual e submeteu-a no prazo à Assembleia Legislativa. Na semana seguinte, houve um acidente que danificou parte de uma ponte de uma rodovia gerida pelo estado. O tráfego na ponte não foi totalmente interdito, mas seria necessário programar obras de reparo. O governo do estado solicitou que a equipe de planejamento incluísse essa despesa no orçamento do exercício seguinte, em tramitação no Poder Legislativo, bem como a previsão de uma operação de crédito para cobrir essa despesa.

A solicitação do governo do estado:

- (A) está alinhada ao princípio da universalidade do orçamento;
- (B) é desnecessária, pois podem-se abrir créditos extraordinários;
- (C) deve ser atendida somente se não impactar os resultados nominal e primário;
- (D) deve ser cumprida no exercício em curso, com abertura de crédito adicional suplementar;
- (E) deve ser acatada somente no exercício seguinte, em referência ao princípio da anualidade.

72

Considere o trecho a seguir, extraído de um documento disponível no site da Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá:

“007- AMAPÁ EMPREENDEDOR

✓ Aumentar em 25%, o valor dos financiamentos concedidos aos micros e pequenos empreendedores formais e informais, até o final de 2023”.

Pela análise da natureza das informações do trecho destacado, o documento em referência deve:

- (A) ser aprovado pelo Poder Legislativo por dois terços dos seus membros;
- (B) detalhar os impactos fiscais das ações governamentais em cada período;
- (C) identificar os parâmetros de regionalização dos programas estabelecidos;
- (D) especificar os programas a serem custeados por recursos de emendas parlamentares impositivas;
- (E) conter a previsão de receitas a serem arrecadadas em cada exercício para custeio das ações do governo.

73

Considere o trecho destacado a seguir, extraído de um documento disponível no site da Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá:

“Artigo 6º A receita do Orçamento de Investimento das Empresas é estimada em R\$ 23.387.858,00 (vinte e três milhões, trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e oito reais), decorrerá da transferência de recursos do Tesouro do Estado e da geração de recursos próprios, conforme a seguinte classificação”:

Especificação	Total
Geração própria/outros recursos de longo prazo	R\$ 14.647.299
Recursos para aumento do patrimônio líquido/Tesouro	R\$ 8.740.559
Receita total	R\$ 23.387.858

A análise do trecho possibilita afirmar que a sua fonte:

- (A) corresponde a um dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (B) estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;
- (C) se refere a um subsídio para acompanhamento da programação financeira anual do ente;
- (D) detalha as receitas e as despesas de dois outros orçamentos compreendidos na Lei Orçamentária Anual;
- (E) especifica também as metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

74

Considere os dados hipotéticos a seguir relativos à previsão e realização da Receita Corrente Líquida (RCL) da União em dois exercícios financeiros:

Receita Corrente Líquida (RCL)	Valor
Prevista em 20x2	R\$ 950,00
Realizada em 20x2	R\$ 1.000,00
Prevista em 20x3	R\$ 1.100,00
Realizada em 20x3	R\$ 1.060,00

Tendo em vista o regimento vigente para aprovação e execução de emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) da União, a partir da análise dos dados, é correto afirmar que o limite de aprovação dessas emendas tem base:

- (A) na RCL estimada para o exercício de referência;
- (B) na média da RCL realizada nos últimos três exercícios;
- (C) na RCL estimada para o exercício anterior ao de referência;
- (D) na RCL realizada no exercício do encaminhamento do projeto;
- (E) na RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto.

75

A tabela a seguir consta do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de um ente estadual relativo ao exercício de 2022, com valores correntes expressos em reais. Os valores correspondem às metas anuais definidas no Anexo de Metas Fiscais:

Especificação	2022	2023
Receita total	R\$ 6.910.347.945,00	R\$ 7.340.551.621,00
Receitas primárias (I)	R\$ 6.236.560.228,00	R\$ 6.628.352.974,00
Despesa Total	R\$ 6.910.347.945,00	R\$ 7.340.551.621,00
Despesas primárias (II)	R\$ 6.499.569.216,11	R\$ 6.960.494.221,02
Resultado primário (III) = I-II	-R\$ 263.008.988,11	-R\$ 332.141.247,02
Resultado nominal	-R\$ 673.184.219,99	-R\$ 776.618.018,96
Dívida Pública Consolidada	R\$ 3.728.285.272,80	R\$ 2.970.276.608,57
Dívida Consolidada Líquida	-R\$ 1.815.764.626,10	-R\$ 2.573.773.290,00

Após receber oficialmente o projeto de LDO 2022, um assessor da comissão de orçamentos da Assembleia Legislativa notificou o Poder Executivo que havia inconsistências e dados faltantes no documento.

A análise da tabela possibilita identificar, conforme Art. 4º § 1º da LRF, a ausência dos seguintes itens:

- (A) descrição das medidas a serem adotadas caso as metas não sejam cumpridas;
- (B) valores correntes e constantes relativos a 2024 e valores constantes de 2022 e 2023;
- (C) impactos das metas no patrimônio líquido do ente nos exercícios a que se referem;
- (D) valores dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas;
- (E) demonstrativos de compatibilidade com a programação financeira do exercício de referência.

76

Em seu primeiro mandato à frente do governo de um estado da federação, um governador se deparou com a complexidade técnica da linguagem orçamentária. Durante a campanha, ele havia se comprometido a promover uma transformação na qualidade do ensino no estado. Para compreender melhor os programas em curso nessa área, ele solicitou um diagnóstico elaborado em conjunto pelas secretarias de planejamento e educação. O governador pediu um relato claro e objetivo que pudesse responder às seguintes questões:

- O que está sendo desenvolvido para alcançar os objetivos dos programas na área de educação no estado?
- Como está sendo feito?
- Quais os resultados (produtos) esperados?
- Como os programas estão sendo mensurados ou avaliados?

Essas perguntas do governador podem ser respondidas a partir de uma análise adequada das despesas da área de educação, considerando a seguinte categoria:

- (A) ação;
- (B) subfunção;
- (C) elemento de despesa;
- (D) natureza de despesa;
- (E) modalidade de aplicação.

77

Considere os saldos apresentados na tabela a seguir, com dados extraídos do Quadro demonstrativo da Receita de um ente público estadual ao final de um determinado exercício (com valores expressos em milhares de reais).

Descrição	Valor
Receita de valores mobiliários	R\$ 90,00
Alienação de Títulos Mobiliários	R\$100,00
Receitas imobiliárias	R\$110,00
Amortização de Empréstimos	R\$130,00
Receita de concessões e permissões	R\$140,00
Receita de Serviços	R\$150,00
Receita de multas e juros de mora	R\$170,00
Alienação de Bens Imóveis	R\$250,00
Operações de Crédito internas	R\$280,00
Compensações Financeiras	R\$310,00
Contribuições sociais	R\$460,00
Transferências Correntes	R\$720,00
Impostos e taxas	R\$ 1.230,00

À luz da classificação das receitas por categoria econômica, o montante de receitas que impactaram o patrimônio do ente naquele ano, em milhares de reais, representa:

- (A) 2.730,00
- (B) 3.040,00
- (C) 3.180,00
- (D) 3.380,00
- (E) 3.480,00

78

Considere a situação hipotética de que, em decorrência de uma série de divergências políticas entre o governador e o Poder Legislativo, a Lei Orçamentária Anual de 20x3 não foi aprovada até o encerramento do exercício de 20x2. Após o recesso parlamentar, a discussão do PLOA foi retomada e a Lei orçamentária de 20x3 foi aprovada somente em 28/02/20x3, portanto dois meses após o início do exercício.

À luz das normas aplicáveis ao ciclo orçamentário, é correto afirmar que:

- (A) as despesas dos dois primeiros meses do ano foram contingenciadas;
- (B) as metas fiscais definidas na LDO para o exercício de 20x3 deverão ser ajustadas;
- (C) o gestor pode solicitar créditos adicionais para os dois meses sem orçamento aprovado;
- (D) o orçamento aprovado deverá ser executado até o encerramento do exercício a que se refere;
- (E) o orçamento será executado até fevereiro do ano seguinte, para cumprir a regra da anualidade.

79

O processo de execução da despesa orçamentária tem início com a etapa do empenho, o qual consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. O empenho é formalizado com a emissão de uma nota de empenho, em que constem informações necessárias ao controle da execução orçamentária.

Ao analisar uma nota de empenho, o único item NÃO EXIGIDO no documento refere-se a:

- (A) valor da despesa empenhada;
- (B) identificação do fornecedor/ credor;
- (C) especificação da despesa/ objeto do gasto;
- (D) prazo para fornecimento do bem ou serviço;
- (E) dedução do valor da despesa do saldo da dotação própria.

80

A aprovação da Lei de Acesso à Informação (LAI) é considerada um marco relevante para ampliação da participação cidadã e fortalecimento dos instrumentos de controle da gestão pública. Além de incentivar a cultura da transparência na administração pública, a LAI impôs prazos para as respostas aos pedidos de informação.

Entre os itens elencados a seguir o único que precisa seguir os prazos de resposta da LAI, por ser um efetivo pedido de acesso à informação, refere-se a:

- (A) denúncia de ato ilícito praticado por agente público lotado no órgão;
- (B) requerimento de consulta jurídica relativa ao entendimento da nova lei de licitações públicas;
- (C) reclamação relativa à baixa qualidade no atendimento ao público externo pelo órgão público;
- (D) solicitação da relação de contratos firmados pelo ente a partir de dispensa de licitação no último ano;
- (E) solicitação de providências administrativas de responsabilidade do órgão público.

RASCUNHO

Realização

